

# A QUINTA ESSÊNCIA DO SER

JACOB BAZARIAN

Ex-Pesquisador Científico do Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS. Atualmente, Professor-Titular de Sociologia nas Faculdades de Direito, de Administração e de Relações Públicas de Itapetininga. (S.P.)

Caros colegas relatores e observadores.

Antes de tudo, quero congratular-me com os organizadores deste encontro de pensadores das Três Américas, sobretudo na pessoa do seu Presidente executivo Prof. Miguel Reale, digníssimo Presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, e de seu coordenador-geral Prof. Irineu Strenger.

Aproveito a oportunidade para prestar um preito de homenagem a um dos mais ativos batalhadores do Instituto Brasileiro de Filosofia, e de seu órgão oficial a "Revista Brasileira de Filosofia", Prof. Luís Washington Vita, cuja morte prematura, foi uma grande perda para o pensamento filosófico nacional.

A filosofia no Brasil deu gigantescos passos nas últimas décadas e de há muito superou a situação de que o "Brasil não tem cabeça Filosófica", assertiva feita no século passado por Tobias Barreto, que aliás foi o primeiro filósofo brasileiro na acepção verdadeira da palavra. Os vários congressos aqui realizados e as inúmeras obras filosóficas, publicadas nos últimos anos, por pensadores brasileiros, é uma prova insofismável de que o Brasil já tem uma atividade filosófica considerável. Não é por acaso que já temos hoje a disciplina especial de "Filosofia no Brasil", instituída pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo sido nomeado regente da cátedra um entusiasta cultor do pensamento filosófico nacional como é o Prof. Antônio Paim.

Quero abordar um tema importante para o Brasil e demais países Latino-Americanos, que, talvez tenha validade também para os países do chamado Terceiro Mundo.

Trata-se do seguinte problema de filosofia social e jurídica: Quais são as premissas filosóficas para a criação de um modelo econômico, político e social ideal?

## A EXPERIÊNCIA MARXISTA

Hoje é ponto pacífico entre os cientistas sociais que o regime capitalista, apesar de seus excelentes lados positivos, contém uma série de deficiências do ponto de vista humano e de justiça social.

Uma observação atenta da história da economia política e da Filosofia social dos últimos 50 anos, nos mostra que houve pelo menos

duas importantes tentativas de superar as deficiências do capitalismo: o nacional socialismo alemão e o socialismo marxista soviético.

A solução nazista fracassou e já não pertence a este mundo. Resta saber se a solução soviética é um modelo que possa nos presentear uma opção mais indicada para os países que estão em vias de desenvolvimento.

Sem querer cair em proselitismo político, peço permissão dos senhores delegados para tecer algumas considerações objetivas a respeito do modelo soviético de solução dos problemas sociais.

Para uma pessoa como eu, que militou mais de 20 anos em vários partidos comunistas (do Brasil, da França e da União Soviética) e que durante 16 anos ininterruptos trabalhou na União Soviética e viveu na intimidade com o povo soviético, de 1950 a 1966, numa época importante que vai de Stalin até a subida de Khrutchiov, seria um crime de lesa-humanidade e de egoísmo injustificável silenciar sobre esta experiência pessoal, rica de ensinamentos teóricos e práticos. E, por consideração puramente humanística, vejo-me na obrigação de alertar os pensadores do mundo ocidental sobre o que representa na realidade a solução soviética dos problemas sociais.

Nenhum filósofo digno desse nome ignora que os fundadores do socialismo científico Marx e Engels e seus epígonos Plekhanov, Lenin e outros, pretenderam superar as deficiências do capitalismo com a instauração de um regime social mais justo e mais humano. Seria ceticismo infundado duvidar das boas intenções dos apóstolos do comunismo moderno e de suas conquistas.

Seria cegueira ideológica não querer ver os lados positivos da experiência marxista na URSS: a independência econômica e política que trouxe um desenvolvimento econômico sem precedentes, a ponto de tornar a União Soviética no país mais rico do mundo depois dos E.U.A.; a revolução cultural que transformou os povos analfabetos da URSS no povo mais letrado e culto do mundo; a assistência médico-hospitalar totalmente gratuita para todos os cidadãos e muitas outras regalias inteiramente gratuitas como habitação, transportes, creches, jardim de infância, escolas, igualdade de direitos para as mulheres em todos os domínios etc., etc... Tudo isso são conquistas positivas que nenhuma pessoa bem informada poderia negar em sã consciência.

Mas, por outro lado, não seria menos cegueira ideológica não querer ver os lados negativos da experiência comunista na URSS. O regime soviético não deu os frutos prometidos e tão esperados pela humanidade. Tanto dispêndio de energia, tanto sacrifício de homens inocentes e "culpados" — tudo isso foi em vão: Como diz muito bem um provérbio russo: "*A montanha pariu um rato*".

Como escrevemos no nosso livro "Mito e Realidade sobre a União Soviética", a maior crítica que se pode fazer ao regime soviético é que ele teórica e praticamente não funciona mais. Por duas razões principais, uma de ordem econômica e outra política:

No plano econômico, a supressão do incentivo individual, do estímulo material, que muitos marxistas soviéticos consideraram erroneamente como um princípio capitalista — quando na realidade é um princípio existencial para todas as sociedades e épocas — fez com que, depois de passar o período de entusiasmo revolucionário — próprio ao período imediato após a revolução — os indivíduos perdessem o interesse pelo aumento da produtividade único elo que pode impulsionar a sociedade.

No plano político, a supressão dos direitos democráticos e humanos mais elementares — uma conquista dura da humanidade, depois de séculos de lutas, fez com que a sociedade que pretendia construir a organização mais democrática e mais humana, paradoxalmente, se tornasse, na realidade, a sociedade menos democrática e menos humana que se conhece atualmente no mundo civilizado ocidental.

Os ideólogos soviéticos afirmam que construíram uma sociedade nova, radicalmente diferente de todas que já existiram. Com isso pode-se concordar inteiramente. De fato, em toda a história da humanidade jamais houve uma sociedade tão opressiva, onde a violação dos direitos humanos fosse tão radical e total. Nem mesmo Hitler, com todo o seu furor, chegou aos pés de Stalin na repressão das liberdades humanas.

Os princípios básicos do Partido Comunista Soviético se transformaram, na realidade, no seu oposto: na política interna do Partido, o centralismo democrático se transformou em *despotismo autocrático*; na política interna do país, a ditadura do proletariado se transformou em *ditadura do bureau do Comitê Central do Partido*, e a igualdade de direitos, a soberania e a autodeterminação das repúblicas nacionais se transformou em *desigualdade de direitos e submissão total aos interesses da Rússia*; na política externa, o internacionalismo proletário, em *imperialismo russo*; isto é, em submissão dos povos ao "diktat" russo.

Para que a nossa afirmação não pareça destituída de fundamentos, citaremos alguns casos:

A Constituição Soviética, em seus artigos 125 e 126, reza que a lei garante a todos os cidadãos da URSS: a liberdade de palavra; a liberdade de imprensa; a liberdade de reuniões e comícios; a liberdade de desfiles e manifestações públicas e o direito a agrupar-se em organizações sociais. E nos artigos seguintes (127 e 128) garante: a inviolabilidade pessoal; a inviolabilidade do domicílio dos cidadãos e o segredo da correspondência.

Tanto os cidadãos soviéticos, como as pessoas estrangeiras que viveram por um tempo demorado na URSS, sabem muito bem que todas essas garantias existem apenas no papel. Na realidade, todos os direitos e liberdades acima enumerados são descaradamente infringidos e violados, em flagrante desrespeito não só à Constituição Soviética, como também aos sagrados Direitos Humanos, aprovados pela ONU sem, aliás, a retificação dos representantes da URSS.

Uma prova irrefutável do que afirmamos acima está contida na carta, que em maio de 1969, um grupo de intelectuais, professores e cientistas soviéticos (a classe mais bem paga na URSS), desafiando a prisão e a morte, enviou à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, em que denunciaram as perseguições políticas e a violação dos direitos cívicos básicos na União Soviética. E a perseguição aos intelectuais continua crescendo cada vez mais, locupletando os campos de concentração e manicômios com cidadãos completamente normais.

Para ilustrar a que absurdo e conseqüências funestas pode levar a violação dos direitos democráticos, basta citar o seguinte: Segundo a teoria marxista-leninista, nas sociedades divididas em classes antagônicas (como a sociedade capitalista, por exemplo), a força motriz da evolução é a luta de classes. Nas sociedades socialistas, onde, por definição, não existem mais classes antagônicas, a sociedade só pode evoluir aplicando a crítica nas formas de autocrítica e crítica mútua.

Pois bem, eliminando quase que completamente a crítica — sua força motriz, portanto — o regime soviético eliminou com isso as possibilidades de sua própria evolução. Hoje, não é o regime capitalista que está estagnado — como gostam de afirmar os comunistas —, mas é a própria sociedade soviética que está estagnada e em crise, pois uma sociedade que elimina a luta de idéias, elimina sua própria força motriz de desenvolvimento.

Como se vê, o regime soviético falhou até agora, justamente, por não ter satisfeito devidamente as necessidades materiais e espirituais dos seres humanos.

A crítica que se pode fazer ao regime capitalista é ao contrário: a liberdade sem limites oferecida a alguns, resulta em prejuízo para a maioria da sociedade, formando assim dois pólos antagônicos: uma minoria rica e uma maioria pobre.

Como equacionou muito bem o filósofo mexicano Leopoldo Zea, no Congresso de Filosofia, realizado no México: na União Soviética, em nome dos interesses do Estado, são sacrificadas as necessidades individuais de seus componentes. Nos Estados Unidos da América, em nome dos interesses individuais, são sacrificadas as necessidades da sociedade em geral.

### NOVO VACUO IDEOLÓGICO

Nestas circunstâncias, parece-nos que o mundo ocidental de novo se encontra numa encruzilhada ideológica, como em 1945. Se, porém, naquela época a situação parecia mais simples, pois a alternativa se apresentava entre o regime capitalista e o regime comunista, hoje a situação é bem diferente e mais difícil: se as deficiências do sistema capitalista são consideráveis, mais consideráveis são ainda as deficiências do socialismo marxista, seja tipo russo, chinês ou cubano. E após 50 anos de luta entre os sistemas, a sociedade baseada na propriedade privada, com todos os defeitos que lhe são inerentes, ainda continua sendo o menor dos males. O que não significa que ela seja aceitável como modelo definitivo e insuperável.

A situação em que se encontram os pensadores atuais foi muito bem expressa pelo líder esquerdista Bendiz da Alemanha Ocidental: “Sabemos o que não queremos, mas não sabemos o que queremos”. Formou-se assim um vácuo ideológico e os filósofos e sociólogos, economistas e juristas, se encontram de novo na obrigação moral perante a humanidade de abordar a questão e tentar encontrar uma solução mais justa, vale dizer mais humana. É tarefa urgente e de primeira necessidade, tirar as conclusões filosóficas e sociais das experiências político-econômicas dos últimos 50 anos.

Peço a permissão dos senhores delegados para expor à sua apreciação crítica algumas considerações de ordem filosófica e social sobre os requisitos que, na nossa opinião, devem ser levadas em consideração nas tentativas de construir uma sociedade mais justa.

### OS MITOS AINDA PRESENTES

O que dificulta encontrar a solução ideal do problema social são certos mitos ainda existentes a respeito da origem e essência do homem e da sociedade.

Como expôs magistralmente Augusto Comte, na sua célebre “Lei dos três estados”, o homem primitivo, ignorando sua origem natural, devido ao seu atraso cultural, atribuía sua origem a causas sobrenaturais. Daí nasceu a concepção mítica e teológica do ser humano e da sociedade, presente em quase todas as sociedades chamadas primitivas.

A concepção teológica traz no seu bojo alguns corolários, entre os quais destacamos:

1º) *Teleologismo*: uma vez que o homem e todas as coisas teriam sido criadas por um ser sobrenatural, eles teriam sido criados com alguma finalidade.

2º) *Divinização do Homem*: como o homem teria sido criado à imagem do seu criador, ele deveria ter uma essência divina, diferente das demais coisas, e portanto ser superior a essas coisas.

3º) *Divinização do Estado*: como o homem teria sido criado para viver em sociedade, esta também deveria ter caráter divino e deveria ser uma entidade superior aos próprios indivíduos.

4º) *Espiritualismo*: como o criador seria de natureza espiritual, a origem de todas as coisas deveria ser procurada no espírito e não na matéria.

Logo o espírito seria primário, a matéria secundária.

Assim, a concepção teológica deformava a tal ponto a ordem natural das coisas que era difícil ver a essência natural das mesmas.

Infelizmente, estes mitos estão ainda implicitamente presentes na base de muitas concepções filosóficas e sociais modernas, mesmo quando seus autores não admitem explicitamente suas vinculações ideológicas com as concepções teológicas, teleológicas e espiritualistas.

### A DERROCADA DOS MITOS

Com a passagem da mentalidade mítica para o pensamento filosófico na Grécia Antiga, fizeram-se as primeiras tentativas de explicação naturalista da origem do homem e da sociedade, como vemos, por exemplo, nas doutrinas da Escola Jônica, na filosofia de Aristóteles, Demócrito, Epicuro, Lucrecio etc.

Após o advento do Cristianismo, a começar com Plotino até a Renascença, presenciemos no Ocidente uma volta à concepção mítica e mística dos tempos anteriores ao pensamento racional dos gregos.

A começar do Renascimento, com o nascimento do espírito científico com Giordano Bruno e Galileu, Maquiavel e Hobbes, Bacon e Spinoza, os pensadores retomaram a tradição dos filósofos naturalistas da antiga Grécia. Vemos então, florescer o desenvolvimento do pensamento naturalista nas teorias individualistas de Rousseau e Voltaire, os materialistas franceses e os utilitaristas ingleses. Todos esses cientistas e filósofos direta ou indiretamente, combateram a idéia mítica do caráter divino do homem e a idéia da superioridade do Estado em relação ao indivíduo, que numa outra linha do pensamento tinha atingido o seu apogeu na clássica filosofia idealista alemã de Fichte, Schelling, Hegel e seus epígonos.

A concepção teológica sofreu o mais duro golpe, nos tempos modernos, com a fabulosa descoberta de Darwin sobre a nossa origem animal. No campo da antropologia filosófica, a descoberta de Darwin foi talvez a descoberta mais revolucionária, cujas conseqüências ideológicas, ainda hoje são difíceis de prever. A descoberta da origem animal do homem punha por terra, de uma vez por todas, as explicações teológicas e teleológicas, bem como as idéias involucionistas do homem e da sociedade, teorias essas inspiradas na teologia cristã, segundo a qual o homem teria sido criado por um ser superior à sua imagem perfeita e desde então só estaria decaindo cada vez mais moral e intelectualmente. Como diz muito bem Ralph Linton: "A não ser que a ciência toda esteja em erro, não somos anjos decaídos, mas animais evoluídos".

Um segundo golpe contra a concepção teológica e seus corolários foi dado por Marx e Engels.

Uma vez descoberta a essência natural do homem, a atenção dos filósofos e sociólogos passou para o estudo da essência da sociedade. Na descoberta de Darwin já estava implícita a solução do problema. Uma vez que a sociedade é formada de homens e estes têm origem natural, aquela também deveria ter a mesma origem. As concepções teológicas e teleológicas sobre a essência da sociedade começaram a perder terreno e foram pouco a pouco substituídas por teorias naturalistas. Nasceram então várias escolas e teorias sociológicas que estudaram os substratos fundamentais da sociedade, os fatores condicionantes, predominantes ou determinantes, da vida social.

Entre essas teorias cumpre destacar a doutrina materialista da história, o materialismo histórico ou mais exatamente a interpretação econômica da sociedade, descoberta por Marx. Engels não teve dúvida

em afirmar que a descoberta de Marx de que a existência social determina a consciência social, poderia ser comparada em grandeza à descoberta da origem animal feita por Darwin.

Embora verdadeira em pontos essenciais, a doutrina marxista não teve difusão entre os filósofos e sociólogos por várias razões, entre as quais destacamos:

1ª) Sua doutrina vinha estreitamente ligada à idéia messiânica da vitória do proletariado sobre a burguesia.

2ª) Marx e Engels e seus epígonos estavam mais preocupados em derrubar o capitalismo do que estudar concreta e cientificamente a essência do homem e da sociedade.

3ª) Como já vimos nas páginas anteriores, o fracasso da experiência Marxista na União Soviética foi uma conseqüência do desprezo das necessidades básicas do homem. A doutrina marxista era mais ideologia que sociologia, no sentido marxista do termo.

4ª) O mito da superioridade do Estado em relação ao indivíduo, tão evidente na filosofia de Hegel, passou sub-repticiamente para o marxismo e se materializou nesse monstro chamado Ditadura do Proletariado. Apesar de o marxismo pregar a supressão do Estado, na realidade criou o Estado mais totalitário que a história conhece. Para justificar essa monstruosidade que é o Leviatan soviético, Stalin afirmava que a supressão ulterior do aparelho estatal exigia o máximo desenvolvimento prévio de seu caráter repressivo.

5ª) Marx e Engels, empoçados em explicar toda a complexa vida espiritual da sociedade como produto da vida material da sociedade que eles chamavam de base econômica ou existência social, não se preocuparam em explicar como surgia esta última. Isto é, deixavam de lado o estudo das impulsões que geram a própria existência social. Justamente foi este o problema que começou a interessar muitos filósofos, sociólogos e psicólogos de orientação não marxista.

Assim, após as descobertas revolucionárias de Darwin e Marx, um terceiro golpe contra a concepção teológica e seus corolários foi dado pelas descobertas magníficas da Psicanálise e da Psicologia Social. Os filósofos, sociólogos e psicólogos, sobretudo anglo-americanos, se ocuparam do seguinte problema: afinal de contas o que está na base de nosso comportamento social, quais são as forças biológicas e psicológicas que condicionam nossos modos de ser, agir, sentir e pensar de determinada maneira na sociedade. A tese fundamental a essas escolas era que a vida social com todas as suas instituições era fruto de certos instintos e impulsões fundamentais do homem.

Estudando essas forças, descobriram uma série de impulsões que batizaram com o nome de *instinto*. Então criaram uma porção de instintos: instinto de auto-preservação, instinto de perpetuação, instinto sexual, instinto maternal, instinto paternal, instinto filial, instinto fraternal, instinto conjugal, instinto gregário etc. *Tudo era instinto*. Abusaram tanto desse termo que alguns criaram até instinto de imitação,

de saber, de beleza, de justiça, instinto político, belicoso, criminal, instinto de propriedade, instinto transcendental ou religioso etc., etc. Enfim, para tudo que o homem fazia, encontravam um instinto correspondente.

Segundo o depoimento do psicólogo americano L. L. Bernard no seu livro "Instinct", a Study in Social Psychology, N. Y., 1942, depois de ter estudado 400 autores, identificou mais de 5.600 diferentes tipos de comportamentos que foram caracterizados como instintivos. Entre eles, 853 pertenciam à esfera das relações sexuais, 806 à auto-afirmação ou egoísmo, 697 ao espírito gregário ou de união, 403 à esfera das uniões familiares. Assim, para cada desejo ou comportamento do homem encontravam um instinto correspondente (Apud Hans Hiebsch und Manfred Vorweg, Einführung in die Marxistische Socialpsychologie, tradução russa, Moscou, 1972, p. 95).

Com o progresso das ciências biológicas, psicológicas e antropológicas, ficou claro que muitos dos chamados instintos nada mais eram que hábitos, interesses e atitudes adquiridas pelo homem no decorrer de sua vida social. Que esses chamados instintos longe de terem caráter biológico e individual, tinham origem e essência social. Em outras palavras, eram mais condicionados pela vida social do que condicionantes desta. É nesse sentido que J. Dewey escreveu: "Os instintos não fazem as instituições: são as instituições que formam os instintos".

#### TESES SOBRE A ESSÊNCIA DO HOMEM E DA SOCIEDADE

Quais as conclusões que podemos tirar dessas importantes descobertas acima enumeradas de Darwin, Marx, Freud e da Psicologia Social para o tema que abordamos? Com a devida vênia dos senhores relatores, pedimos permissão para expor à sua apreciação crítica algumas conclusões.

Em linhas gerais, as nossas reflexões, baseadas em pesquisas e observações dos fatos sociais, podem ser resumidas nas seguintes teses:

A sociedade é formada por grupos sociais, que, por sua vez, são constituídos de seres individuais. Assim, em última análise, a sociedade é formada por seres humanos vivendo em grupos. Logo, para compreender a essência da sociedade, precisamos antes de tudo compreender a essência dos seus componentes.

A quinta-essência de todo ser individual é o impulso de sobrevivência. O homem é egoísta e individualista por excelência. Seu máximo princípio é a auto-conservação ou sobrevivência individual, que se compõe de uma série de necessidades fisiológicas de carência e distensões, sem a satisfação das quais o indivíduo perece.

Assim, por sua natureza originária, o homem é um animal irracional. É a vida em sociedade que o torna racional e humano, pois basta isolar-se da sociedade humana, e retorna a ser um animal irracional e infra-humano, como se pode ver muito bem nos exemplos de zoantropia, de "homines feri" e das "crianças-selvagens", como Amala e Kamala, detalhadamente estudados por Singh e Zingg.



Não conhecemos nenhum impulso no homem mais forte e primário do que o de sobrevivência. Ele é inato, incondicionado e de natureza biológica. Ele é a fonte, a causa primeira e última de todo o nosso comportamento individual e social. É em função dele que nascem, por um processo de reação em cadeia e formação de camadas hierárquicas, todas as demais necessidades, desejos e interesses secundários de caráter psicológico e social, e cujo conjunto determina, *em última análise*, nossos modos de ser, agir, sentir e pensar, isto é, os grupos e as instituições sociais, bem como as ideologias correspondentes.

Assim a própria sociedade, com seus grupos e instituições sociais, bem como sua vida espiritual, nasce, em análises, em função desse impulso primário. Pois os grupos sociais nada mais são que associações que criam e mantêm certas instituições, que, por sua vez, são modos de comportamento para satisfazer as necessidades e desejos básicos de seus componentes. Nenhuma instituição surge sem que seja para satisfazer determinada necessidade individual ou social.

Do impulso ontogenético nasce o impulso filogenético e sociogenético, em outras palavras, da necessidade de sobrevivência individual nasce a necessidade de sobrevivência da espécie e da sociedade. Assim, a quinta-essência tanto do homem como da sociedade, é o impulso de auto-conservação, de perpetuação ou sobrevivência. Tanto o indivíduo como a sociedade é egoístico por excelência. O princípio da auto-conservação é lei absoluta, tanto no plano individual, como coletivo ou social.

Quem melhor do que outro pensador exprimiu a idéia que defendemos foi o genial filósofo Spinoza quando escreveu que: “*Toda coisa na medida em que pode, esforça-se por perseverar no seu ser*” (Ética, Parte III, proposição VI).

Se as necessidades e os interesses, tanto individuais como sociais, variam no tempo e no espaço, conforme a sociedade, já a quinta-essência do ser (homem ou sociedade), que é a necessidade de sobrevivência, é invariável no tempo e no espaço e é comum a todos os indivíduos (independente da idade, do sexo e de raça ou espécie) e a todas as sociedades (independente de tempo e lugar).

Já vimos que as necessidades básicas do homem geram hierarquicamente a vida social, a sociedade. Mas uma vez criada, a sociedade adquire relativa autonomia, torna-se uma entidade relativamente independente e nesse sentido a sociedade é algo mais do que a soma de seus componentes, com necessidades e interesses próprios, como a água é algo bem diferente do hidrogênio e oxigênio dos quais é composta.

Assim como os indivíduos têm suas próprias necessidades básicas, ditadas pelo impulso de sobrevivência individual, a sociedade também tem as suas próprias necessidades básicas, que diferem das necessidades de seus componentes, mas que também são ditadas pelo impulso de sobrevivência social.

A sociedade (a estrutura e superestrutura social), uma vez formada, envolve segundo suas próprias leis e influência dialeticamente nas suas próprias causas, isto é, nas necessidades dos seres individuais.

A sociedade molda e lapida o ser individual, tornando-o uma pessoa eminentemente social, isto é, um ser humano. A vida social faz nascer no ser individual uma gama infinita de necessidades, desejos, impulsões e interesses de caráter essencialmente social, tais como o desejo de amor, simpatia, prestígio, altruísmo, heroísmo etc. É assim que em determinadas condições, o egoísmo individual pode se transformar em altruísmo, isto é, em amor ao Alter, mas por amor ao Ego.

Assim, se é verdade que as necessidades biológicas do ser individual determinam a existência social, é mais verdade ainda que as necessidades da existência social determinam o ser humano. Eis porque o homem é um ser essencialmente social e a maioria de suas necessidades são de origem social.

De tudo que foi dito depreende-se que se a finalidade da sociedade é servir o homem e satisfazer suas necessidades, essa satisfação toma diferentes modalidades conforme o nível evolutivo da sociedade, conforme as suas possibilidades materiais. Cada sociedade, conforme as suas conveniências e interesses próprios, oferece diferentes soluções para satisfazer tais necessidades individuais do homem, mas sempre em função do princípio de sobrevivência social.

Como salientou muito bem Durkheim, há uma grande diferença entre o ato e o modo de satisfazer uma necessidade. Por exemplo, o *ato de comer* é fato ditado por necessidade fisiológica e tem caráter biológico, particular e individual. Já o *modo de comer* é fato ditado por conveniência coletiva e tem caráter geral, coletivo, social. Sabemos que em certas sociedades, por exemplo, era proibido as mulheres comerem diante dos homens. Ainda hoje, há povos em que as mulheres não comem diante dos maridos.

Outro exemplo: O homem tem necessidades sexuais que precisam ser satisfeitas. O ato sexual em si não interessa à sociedade, mas esta aproveita essa necessidade individual em benefício da sociedade, impondo ao indivíduo modos ou formas socialmente aprovadas, conforme a conveniência da sociedade no momento atual de seu desenvolvimento. É assim que temos as diferentes formas de uniões poligâmicas e monogâmicas, o tabu do incesto e da virgindade, a proibição do aborto e do divórcio e outras instituições sociais visando ao aumento da natalidade, necessária para a sobrevivência.

A sociedade pode inclusive regular o desejo sexual e canalizar a energia sexual ou o libido, de natureza biológica, para objetivos socialmente úteis, como é o caso das diversas formas de atividades e idéias sublimadas e espiritualizadas, tais como o amor, o altruísmo, o patriotismo, o heroísmo etc.

Assim, a necessidade de sobrevivência é também a quinta-essência da existência social, que, por sua vez, determina as diversas formas de consciência social, isto é, as idéias jurídicas, políticas, filosóficas, estéticas, éticas, religiosas e outras, cuja função é favorecer a sobrevivência social.

Como já frisamos, uma vez gerada, a sociedade adquire autonomia própria, *foros de cidadania*, torna-se uma entidade jurídica e molda seus próprios componentes. O criado torna-se criador de seu criador. Assim, o homem social (societalizado) é bem diferente do homem individual. A existência social e a consciência social condicionam no indivíduo uma série de novas necessidades, desejos e interesses de origem puramente *sociais*. Eis porque a natureza humana, a razão, o pensamento e o conhecimento têm origem e essência social e, são portanto, produtos da vida social.

Em virtude de que tanto a sociedade como o indivíduo se regem pelo princípio de auto-conservação, há uma contradição dialética, entre o impulso de sobrevivência social e o impulso de sobrevivência individual. Quando não há correspondência entre as necessidades da sociedade e as necessidades dos indivíduos, as primeiras sempre se impõe às últimas, moldando-se e canalizando-as em função das necessidades de sobrevivência da sociedade, pois esta última é mais importante que a sobrevivência individual. A sociedade, para sobreviver, não vacila em sacrificar parte de seus componentes. Assim, nos períodos críticos, em que a vida da sociedade corre perigo (guerras, revoluções, calamidades sociais etc.) — que têm sido o estado normal das sociedades até hoje — os interesses da coletividade sempre sobrepoem-se aos interesses individuais. Mas isso não significa que os homens existem em função da sociedade. Ao contrário, é esta que, em última análise, existe em função daqueles, pois, por sua função, a sociedade deve proteger e *satisfazer as necessidades* de seus componentes. Só quando a sociedade volta à vida pacífica, o que até agora tem acontecido rara e fugazmente, ela poderá cumprir sua verdadeira função. Portanto, em tempos pacíficos, o regime social ideal é aquele que procura harmonizar o mais possível os interesses da sociedade com os interesses dos homens. É aquele que procura estabelecer a democracia e justiça social, realizar os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade; é aquele que cria as condições necessárias para o desenvolvimento polifacético de todos os seus componentes; enfim, é aquele em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos os componentes da sociedade e vice-versa.

Nenhum regime, por mais belo que seja seu nome, pode perdurar por muito tempo se não satisfizer as necessidades humanas da maioria.

Já Lincoln dizia que é possível enganar parte do povo por todo o tempo, o povo todo por algum tempo, mas não é possível enganar o povo todo por todo o tempo.

Logo, se é necessário socializar cada vez mais o homem, com mais razão ainda é necessário humanizar cada vez mais a sociedade.

Os princípios de humanização da sociedade estão magistralmente definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada unanimemente pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, no dia 10 de dezembro de 1948, com algumas abstenções significativas, entre as quais incluem-se a União Soviética e seus satélites da Europa Oriental,

a Arábia Saudita e a União Sul Africana, de onde se infere que estas sociedades, por sua estrutura, não estão em condições de satisfazer as necessidades de todos os seus componentes e, por isso mesmo, não podem servir de modelos para uma sociedade ideal, pelo menos na forma em que se apresentam hoje.

“As ideologias autoritárias — diz o ilustre pensador americano Erich Fromm — não só ameaçam a mais preciosa conquista da cultura ocidental — o respeito pela originalidade e dignidade do indivíduo — mas também tendem a obstruir a crítica construtiva da sociedade moderna e, portanto, as necessárias modificações.

A falência da cultura moderna não está no princípio do individualismo, nem na idéia de que virtude moral é a mesma coisa que satisfação do interesse próprio, porém na deterioração do significado de interesse próprio; não no fato de as pessoas *estarem demasiadamente preocupadas com o interesse próprio*, porém no de elas *não estarem bastante preocupadas com o interesse do seu eu real; não no fato de elas serem excessivamente egoístas, porém no de elas não se amarem a si mesmas*”, — escreve o mesmo autor (Erich Fromm, *Análise do Homem*, Ed. Dahar, Rio, 1968, p. 123).

Portanto, uma reforma para a sociedade social ideal seria aquela que respeitasse os interesses reais dos seres humanos na etapa atual da evolução econômico-cultural da sociedade em que vivem. Isso vale dizer que as reformas e revoluções sociais não podem ser feitas arbitrariamente, sem levar em consideração as condições concretas de cada sociedade. Isso quer dizer que nem tudo que é bom para a URSS ou para os EUA seja igualmente certo e bom, digamos, para o Brasil. Cada sociedade tem que encontrar seu “modus vivendi” concreto.

A história de todas as sociedades existentes até agora é dominada por um estado permanente de lutas de classes e de guerras entre si. É por isso que até agora os interesses da sociedade têm prevalecido sobre os interesses dos seus componentes.

Mas agora, com a perspectiva de paz perpétua que se abre diante da humanidade, a situação mudará completamente: a satisfação dos interesses dos indivíduos estarão em primeiro plano. E a sociedade poderá se tornar verdadeiramente humana no sentido exato do termo.

Pela primeira vez na História, temos a possibilidade de criar uma sociedade verdadeiramente humana, em que o livre desenvolvimento de cada um será a condição para o livre desenvolvimento de toda a sociedade e vice-versa.

De qualquer modo, para os países do Terceiro Mundo, como o Brasil, que dificilmente se verão envolvidos numa eventual guerra local ou mundial, é possível desde já criar a sociedade ideal que, inclusive, poderá servir de modelo aos demais países.

Essa, pensamos nós, é a grande missão da nação brasileira que este ano festeja jubilosamente o sesquicentenário de sua independência política e o sexto aniversário de sua independência econômica e cultural.